

**33º Encontro Anual da Anpocs**

**GT 36: Sexualidade, corpo e gênero**

**“Sem dar escândalo” – a construção social  
das travestilidades na adolescência**

**Tiago Duque**

Atualmente as mudanças na esfera da sexualidade se associam as novas tecnologias corporais e a uma ampliação do debate para além das heterossexualidades. Entre as travestis, as possibilidades de construção do feminino têm trazido novas implicações identitárias e tornado os corpos mais plásticos à construção e desconstrução do que se deseja para si. Essas novidades não se dão de forma desconectada de padrões e práticas já legitimadas por este grupo, o que contribui para a problematização do que é ser travesti nos dias atuais. Assim, este artigo foca na construção e desconstrução dos corpos, das identidades e suas relações com as experiências subjetivas das travestilidades na adolescência na cidade de Campinas (SP).

O conceito de travestilidades foi criado por Wilian Peres (2005) para se referir à variedade de processos identitários pelos quais os sujeitos travestis passam para se constituírem enquanto “femininos”. Larissa Pelúcio (2007) também afirma que este termo indica a multiplicidade das experiências ligadas à construção e desconstrução dos corpos a despeito da rigidez na gramática de gênero destes sujeitos. Esta rigidez existe devido às suas experiências constituírem-se dentro da heteronormatividade<sup>53</sup>. Segundo Richard Miskolci e Pelúcio,

hoje, o conceito de heteronormatividade sintetiza o conjunto de normas prescritas, mesmo que não explicitadas, que marcam toda a ordem social e não apenas no que concerne à escolha de parceiro amoroso; alude, também, ao conjunto de instituições, estruturas de compreensão e orientação prática que se apóiam na heterossexualidade. É toda esta ordem social que mostra como no par heterossexualidade/homossexualidade não há simetria, pois ele engloba díades como norma/desvio, regra/exceção, centro/margem. A heterossexualidade só pode existir fixando o periférico e, a partir dele, se definindo como central (2008: 07).

No entanto, este conjunto de normas não impede que o corpo travesti se constitua em múltiplas possibilidades e preserve a ambigüidade, a surpresa e a confusão dos códigos de inteligibilidade, pois é “um corpo aparentemente feminino que tem entre as pernas um órgão sexual masculino, e mais ainda, faz uso dele” (PERES, 2005:25-26).

A adolescência, por sua vez, não é tomada neste estudo somente como um referencial etário fixo e rígido como o do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA: pessoa entre doze e dezoito anos em condição peculiar de desenvolvimento

(CAMPINAS, 2003)<sup>1</sup>. Afinal, a adolescência em nossa sociedade “vem se tornando um período cada vez mais longo e mais complexo” (BECKER, 1986: 12), revelando o quão socialmente construída é esta categoria. Nesta perspectiva, procurei não focar aspectos biologicistas da experiência do “ser adolescente” que marcam outros estudos e legislações, entendendo que, de fato, tais aspectos funcionam como obstáculos, posto que consistem em produtos de uma subjetividade projetada no instrumento do pensamento objetivo que é o conceito (REIS & ZIONI, 1993). Em outras palavras,

Tais características passam a ser percebidas como uma essência, em que "qualidades" e "defeitos" como rebeldia, desinteresse, crise, instabilidade afetiva, descontentamento, melancolia, agressividade, impulsividade, entusiasmo, timidez e introspecção passam a ser sinônimos do ser adolescente, constituindo uma "identidade adolescente" (COIMBRA, BOCCO & NASCIMENTO, 2005: 5).

Tomo o “ser adolescente” também como um conceito auto-definidor desses sujeitos, atentando-me para a categoria “adolescente” especialmente quando ela era utilizada pelos sujeitos entrevistados para se auto-referir, independentemente dos registros legais oficiais, como documentos pessoais ou “fichas” institucionais daqueles que passaram por instituições de “proteção”<sup>2</sup>. Mesmo porque, o que é foco deste estudo é o início da experiência travesti na vida dos adolescentes dessa rede social, a qual não segue uma faixa etária rígida, antes a experiência diversificada entre infância e vida adulta.

Assim, esta investigação buscou fugir a concepções socialmente arraigadas sobre a adolescência como período etário em que “naturalmente” predominariam as mudanças e as dúvidas, a ousadia nas decisões ou uma rebeldia particular. Em outras palavras, mais do que apontar contradições próprias daquilo que temos comumente

---

<sup>1</sup> Contudo, entendo, como outros autores (COIMBRA, BOCCO & NASCIMENTO, 2005 e FELIPE, 2006), que, apesar de criticarmos o ECA por pautar a noção de adolescência como período universal, esta legislação é, ainda hoje, um importante instrumento de garantia de inúmeros direitos e de contraposição às campanhas conservadoras que pregam, entre outras reivindicações, o endurecimento de penas, a redução da idade penal e a implantação de uma política de tolerância zero àqueles sujeitos vistos como “menores infratores”.

<sup>2</sup> Estas instituições compõem a rede de proteção a criança e ao adolescente da cidade de Campinas. São abrigos onde eles são encaminhados e passam a morar até que atinjam a “maioridade” (18 anos) ou sejam re-encaminhados a suas famílias de origem. Comumente vão para estas instituições adolescentes vítimas de violência doméstica, envolvimento com o tráfico de drogas ou que tenham sido retirados das ruas da cidade.

chamado de adolescência, é necessário compreendermos que estas múltiplas experiências corporais confusas no binarismo de gênero e o peso do descumprimento das normas, das disciplinas e dos controles de uma sociedade que é hierarquizada pelo que temos de sexual, estão postos para todos os sujeitos, independentemente de suas idades, e por isso atingem a sociedade contemporânea como um todo.

Evidentemente, há especificidades históricas e culturais que permitem aos adolescentes viverem experiências de uma maneira que outros não viverão, mas não há nada capaz de ser visto como essencial ou natural quando tratamos de sexualidade, gênero e subjetividade.

A etnografia<sup>3</sup> para esta pesquisa foi realizada no período entre março de 2007 a março de 2009. No entanto, antes deste período eu já possuía contatos freqüentes com a maior parte das entrevistadas<sup>4</sup>.

Portanto, considerando o histórico deste pesquisador junto à estes sujeitos, o contato com as travestis adolescentes para as entrevistas se deu via o pertencimento delas a determinadas redes sociais<sup>5</sup>, para que se garantisse o acesso a um material que pudesse minimizar ou, pelo menos, manter relativamente sob controle e reflexão o viés de escolha das entrevistadas (HEILBORN, 2004).

As entrevistas foram feitas face a face em diferentes locais (*shopping center*, casa, parque público) e também por *Messenger* (MSN), que é um programa de

---

<sup>3</sup> Tomo a etnografia nos termos de Lóic J. D. Wacquant, como sendo a metodologia que exige que o sociólogo faça a imersão iniciática e exercite a “conversão moral e sensual ao cosmo considerado como técnica de observação e de análise que, com a condição expressa de que ela seja teoricamente instrumentada, deve permitir ao sociólogo apropriar-se na e pela prática dos esquemas cognitivos, éticos, estéticos e conativos que põe em operação cotidiana aqueles que o habitam” (2002: 12).

<sup>4</sup> Os contatos com parte destes sujeitos se deram em ações do Identidade – grupo de luta pela diversidade sexual (desde 2003); enquanto fui educador social de rua do Programa de Enfrentamento a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes – ESCCA – (de julho de 2005 a fevereiro de 2006 e de junho de 2006 a março de 2007) e durante atividades que dirijo (desde abril de 2007) como assessor do Núcleo de Educação e Comunicação Social – NECS – do Programa Municipal de DST/Aids de Campinas.

<sup>5</sup> Considero rede social o “conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos” (BARNES, 1987: 167), e que podem se caracterizar, segundo J. A. Barnes, como rede social total ou parcial. A rede social total “é uma abstração de primeiro grau da realidade, e contém a maior parte possível da informação sobre a totalidade da vida social da comunidade à qual corresponde” (Ibidem: 166). Já a rede social parcial é entendida como “qualquer extensão de uma rede total, com base em algum critério que seja aplicável à rede social” (Ibidem: 166). Nestes termos, trabalhei com redes parciais, por ter “isolado” apenas as relações entre travestis adolescentes de suas redes totais, considerando que este método se caracteriza com a primeira entrevistada indicando as próximas e assim por diante. Porém, não me preocupou atingir uma amostragem quantitativamente grande de sujeitos entrevistados ou observados (ao todo foram sete), mesmo porque os grupos tidos como minoritários podem ter uma significação sociológica que ultrapassa em muito sua importância quantitativa (ELIAS, 2000: 119)

computador que possibilita, depois das trocas de endereços eletrônicos, a conversa em tempo real, favorecendo assim a sociabilidade virtual. Todas as entrevistadas aceitaram dar entrevistas e me responderam através das mensagens *online* que concordavam em ter seus depoimentos usados neste estudo. Além disso, utilizei também o Orkut para trocar mensagens, conhecer comunidades temáticas, assistir vídeos e ver as fotos postadas. Orkut é uma plataforma de sociabilidade virtual onde as pessoas postam e recebem mensagens, imagens e vídeos. Estas mensagens podem ser lidas, caso o responsável pela plataforma autorize, por quem não é o autor da mensagem ou o seu destinatário.

O referencial teórico é o da Teoria Queer, que no universo acadêmico, desde sua origem no contexto norteamericano de fins da década de 1980, altera o foco de uma exclusiva preocupação com a opressão e libertação dos sujeitos homossexuais para a análise das práticas institucionais, da produção dos conhecimentos sobre a sexualidade, e do modo como eles organizam a vida social. A Teoria Queer atenta, em particular, para o modo como esses conhecimentos e práticas sociais oprimem diferenças (SEIDMAN, 1996: 13).

Segundo Richard Miskolci e Larissa Pelúcio, a Teoria Queer busca apontar e compreender o conflito entre os sujeitos e a ordem de gênero vigente. Segundo estes autores, o seu

compromisso político é o de evidenciar a produção de diferentes identidades não categorizáveis e a necessidade de mudar o repertório existente para que os indivíduos qualificados como menos-humanos, perseguidos, até mesmo assassinados, possam encontrar um mundo habitável e mais acolhedor (2006: 265).

Portanto, a Teoria Queer volta-se para a compreensão dos processos de categorização sexual e sua desconstrução (GAMSON, 2006: 347) focando nas maneiras como a distinção homossexual/heterossexual serviu de base para a classificação, controle e até discriminação de sujeitos contemporâneos. Além disso, o queer visibiliza o caráter compulsório da heterossexualidade, a forma como ela embasa saberes e práticas sociais e, sobretudo, como a humanidade é prescritiva e só é reconhecida dentro de normas socialmente compulsórias, mas que, por serem históricas e culturais, são passíveis de crítica e transformação.

## **Permanências e descontinuidades no processo de construção do feminino travesti**

Segundo diferentes autores (KULICK, 2008; PELÚCIO, 2007; PERES, 2005; BENEDETTI, 2000; SILVA, 1993 e outros), algumas características comuns formavam o universo das experiências das travestis brasileiras. Porém, algumas destas características têm sido transformadas pela experiência de uma nova geração de sujeitos travestis, assim como, outras características têm sido mantidas e reforçadas.

Por exemplo, a nova *montagem* dos corpos, isto é, a construção do feminino travesti (BENEDETTI, 2000), tem contribuído para essa mudança. Estas adolescentes têm adiado para um futuro próximo a construção dos peitos, aceitando *bombar* (injetar silicone líquido) apenas nas pernas e glúteos. Esta nova geração de travestis, quando vislumbra um peito para a composição do seu feminino, sonha com as próteses de silicone, o que já ocorria nas gerações anteriores, mas hoje esta tecnologia está mais acessível. A conquista da prótese de silicone se dá por intermédio das *cafetinas*, que têm seus próprios cirurgiões para indicar àquelas que “podem pagar”.

*Cafetinas* são comumente travestis que, entre outras coisas, alugam os quartos de suas casas para que outras travestis possam morar cobrando um valor relativamente alto, intitulado de “diária”. As *cafetinas* aparecem com frequência nos estudos de travestis. Elas exercem uma espécie de poder e controle sobre o trabalho sexual das travestis, mesmo daquelas que não estão sob o seu teto; neste caso, chegam a cobrar uma espécie de “pedágio” para que as travestis possam se prostituir na rua onde controlam o mercado sexual. O espaço de sociabilidade que as *cafetinas* proporcionam em suas casas é um espaço importante de experimentação e construção do feminino, onde as travestis trocam informações e aprendem valores da *montagem* (PELÚCIO, 2007).

Devido a esta realidade de espera das travestis pela prótese de silicone, é comum encontrarmos travestis bastante jovens sem peitos, voltando a usar enchimentos; técnica abandonada pela maioria das travestis de gerações anteriores. Este é um dos reflexos das novas tecnologias utilizadas para a construção corporal do “feminino travesti” (BENEDETTI, 2000), o qual já foi associado aos peitos imensos de silicone líquido injetado do estilo *traveção* (“ancas fartas, muito seio, boca carnuda, coxas

volumosas” - PELÚCIO, 2007: 107), mas que hoje tem perdido espaço entre as travestis em favor do estilo *ninfeta*, que corresponde às novinhas com “poucas curvas e carnes com o ‘frescor’ de quem acaba de entrar na ‘noite’; muitas vezes, não têm marca de barba; são ousadas em suas performances junto aos clientes” (Ibidem: 52).

Outro fator a considerar é que os próprios argumentos da redução de danos para usuários de silicone líquido e hormonioterapia têm estado presentes nos discursos dessas adolescentes, quando justificam a espera pela prótese de silicone para os peitos<sup>6</sup>. Percebo com isso que, a chamada “dor da beleza”, que justificava a *montagem* dos corpos (BENEDETTI, 2000; DUQUE, 2005; PERES, 2005; PELÚCIO 2007), não tem sido mais a mesma. As agulhadas de silicone são substituídas gradativamente pela cirurgia plástica<sup>7</sup>. O uso dos hormônios femininos também tem sido relativizado, afinal algumas adolescentes se sentem femininas mesmo sem aderir a hormonioterapia.

Estas mudanças e permanências reforçam a noção de “feminino travesti” como sendo sempre negociado, reconstruído, re-significado e fluído. “Um feminino que se quer evidente, mas também confuso e borrado, às vezes apenas esboçado” (BENEDETTI, 2000: 148).

Diante desta realidade, o papel das *bombadeiras* (de quem aplica o silicone líquido no corpo das travestis) ao longo do tempo pode até deixar de existir, considerando os avanços das tecnologias de constituição dos corpos, ainda que estes sujeitos só tenham

---

<sup>6</sup> A Prefeitura Municipal de Campinas é pioneira, junto de profissionais das áreas médicas e do movimento social campineiro de travestis, na criação de um protocolo para o atendimento a usuárias de hormonioterapia e silicone líquido no Brasil. Apesar da precariedade da implementação desta política pública, o discurso médico a respeito desta temática invadiu os espaços de sociabilidade das travestis, em especial os das mais jovens. Isso ocorre via usuárias do Centro de Referência GLTTB, Centro de Referência em DST/Aids e as intervenções de militantes do Grupo Identidade.

<sup>7</sup> No entanto, o “saber travesti” em relação às técnicas que as constitui como “femininas”, mistura-se com os dos cirurgiões plásticos. Ao visitar uma amiga travesti poucos dias após a substituição da maior parte do silicone industrial dos peitos por próteses de silicone, feita no consultório de um famoso cirurgião de São Paulo, percebi que ela trazia entre os peitos um controle remoto de televisão. Ao perguntar a ela o motivo pelo qual aquele controle estava entre os peitos, obtive como resposta: “Ah! Me deixa. Estou com medo do silicone juntar”. O risco do silicone “juntar” e formar o que as travestis chamam como “peito de pombo” se dá quando a técnica usada a da aplicação de silicone líquido industrial nos peitos. As próteses de silicone introduzidas, neste caso, pelas auréolas dos mamilos, no consultório do cirurgião plástico, não corre o risco de “juntar”, entre outras coisas, por ser uma espécie de bolsa de silicone. Passado alguns dias da visita, esta travesti me disse ao telefone que estava “passada com as bichas”. Segundo ela uma outra travesti que acabara de colocar as próteses de silicone tinha orientado ela a não gozar durante um mês. A própria travesti que ouviu a orientação estava indignada, porque, além de já ter mantido relações sexuais em menos de um mês de “peitos novos”, entendia que era um absurdo relacionar as próteses com o gozo. Comumente as travestis orientam as mais novas a não gozarem quando estão tomando os hormônios, porque acreditam que o “perderiam” com o gozo, e conseqüentemente, ficariam menos femininas (PELÚCIO, 2007: 248).

acesso a elas em ambientes e práticas tidas como clandestinas<sup>8</sup>. Em Campinas, o papel das *bombadeiras* se mistura com o das *cafetinas*, pois muitas destas são as responsáveis pelas aplicações de silicone nas travestis. Este serviço é vendido às travestis, tornando-as ainda mais dependentes delas e fortalecendo uma relação hierarquizada mediada por dívidas e violência. Por exemplo, Gisele, uma das adolescentes desta pesquisa, segundo informações colhidas em campo, foi assassinada a mando de sua *cafetina*, segundo as informações, porque não pagava mais a rua por ter ido morar em um apartamento com as amigas e começar a receber os clientes lá, através de nuncio de jornal.

No entanto, apesar do histórico de violência de muitas *cafetinas*, Pelúcio (2007) descreve o envolvimento das travestis com as *cafetinas* também como uma relação de “cuidado” e proteção”, o que permite a algumas travestis chamarem determinadas *cafetinas* de “mãe”.

Ainda em relação às *cafetinas* que *bombam* travestis, sem o uso intenso das aplicações de silicone pelas novas gerações, há, por exemplo, o resgate da dedicação em facilitar outras formas de construção do feminino, muitas vezes deixada de lado nos últimos anos em Campinas. Segundo o que apontaram outros autores (BENEDETTI, 2000; PERES, 2005; PELÚCIO 2007), penso que voltou a ser comum, via *cafetinagem*, se conseguir, ainda que a preços muito altos, roupas, jóias, bolsas, sapatos e peças íntimas.

Em meio a estas ofertas das *cafetinas*, o que me parece como um diferenciador são os apliques para cabelos. Há na cultura da geração anterior certo desprestígio, por parte das travestis, daquelas que não possuem cabelos longos naturais, sem apliques. Porém, percebo mudanças nestes valores, seja pela facilitação da *montagem* e da *desmontagem* do feminino, seja porque favorece e agrega novo valor a um material que pode ser consumido sem discriminação entre elas. Também há um maior uso das mulheres em relação ao alicate, o que o torna, na visão das travestis, “muito feminino”.

Várias travestis jovens com as quais convivi em campo tinham o hábito de, de tempos em tempos, trocar de cabelos. Mas muitas só conseguem isso por meio da interfe-

---

<sup>8</sup> A clandestinidade das técnicas de mudanças corporais junto às travestis se dá, principalmente, pelo fato de, diferentemente das transexuais, elas não serem consideradas, pelo discurso médico oficial, portadoras de uma patologia. Sem serem vistas oficialmente como doentes, não possuem, por exemplo, respaldo legal e médico para que profissionais promovam em seus corpos as mudanças desejadas. Não acredito que incluí-las nos códigos de doenças ou nos manuais médicos seja a solução, antes, é fundamental questionarmos a via da legitimidade das ciências médicas e psi que autoriza e desautoriza os sujeitos a alterem seus corpos.

rência das *cafetinas*. Assim como os cirurgiões, elas têm as “amigas” para indicar para as travestis poderem colocar os cabelos e pagar em parcelas para elas. Às vezes, as *cafetinas* têm os próprios cabelos, que alugam ou vendem para as travestis, com o direito de reivindicar de volta a qualquer momento. Foi o que ocorreu com uma das minhas entrevistadas, que teve os cabelos retirados a força durante uma briga com uma de suas *cafetinas*.

Assim, ainda que a *montagem* com menos dor tenha ganhado espaço entre as travestis mais novas, a *cafetinagem* tem buscado novas formas de se manter em suas relações de poder com as travestis. A dor, seja antes pelas agulhadas, seja agora em algumas situações pela retirada dos cabelos, parece manter-se presente como parte mediadora destas relações.

Essa configuração do *montar-se* possibilita um *desmontar-se* com maior plasticidade e dinamismo, afinal, não é à toda que a máxima deste grupo tem sido relativizada pelas mais jovens. O “estar como mulher 24 horas por dia”, já não é mais uma exigência para se auto denominar travesti entre as adolescentes de Campinas. Ainda que, como nos mostrou Kulick (2008) em seu estudo, *fazer a linha homem*, isto é, tirar acessórios femininos pra ir à rua durante o dia e tentar não chamar a atenção, nem ser vítima de violência, era comum entre as travestis de Salvador, o que tenho percebido é que, entre algumas com as quais tenho convivido em Campinas, *fazer a linha homem* está para além do medo da violência, e algumas têm estado mais comumente como homens, fazendo *a linha mulher* em determinados contextos.

### **Trânsitos trans**

Este estudo mostrou que estes sujeitos *montam-se* e *desmontam-se*, não da forma como querem, mas fazendo frente a demandas e normas sociais. Por exemplo, tem ocorrido *montagens estratégicas* que favorecem estes sujeitos não somente deslizarem na escala de violência, mas também encontrarem parceiros sexuais. Observei em campo que é comum *se montar* para ir a espaços em que não são ameaçadores às travestis, mesmo que estes espaços sejam reconhecidos como de heteros. Em outras situações tem se

*desmontado* para freqüentar lugares de *pegação* gay (paquera e sexo furtivo entre homens), para encontrar parceiros sexuais.

A *desmontagem* garante, na visão de Gabriela e Rodrigo, o aumento das chances de encontrar relacionamentos duradouros com outros meninos adolescentes. Eles têm agido de forma diferente da geração anterior de sujeitos que viviam os processos de travestilidades, em que o que se queria com a *montagem* era a garantia de conquistar “namorados” e “maridos” que em nada demonstrassem sentir desejo por homens (KULICK, 2008; PELÚCIO, 2007)

Assim, a *montagem estratégica* tem um limite de racionalidade, não sendo operada simplesmente por uma decisão calculada, mas motivada também por fluxos de desejos envolventes, muitas vezes não ditos e não perceptíveis conscientemente pelos sujeitos. Em outras palavras, “não são os indivíduos – essa afirmação é dura – os que decidem ou optam a partir de um ego autoconsciente, os que constroem, por apelar a um clichê, suas identidades e suas representações” (PERLONGER, 2005: 279-280).

Com isso, esta “escolha” na hora de encontrar os parceiros sexuais revela o quanto a masculinidade (ainda que seja construída forçadamente por um adolescente efeminado) é valorizada entre as *bichas* e os homens a procura de *boys*<sup>9</sup> nos espaços de *pegação*, comparada com o desprestígio da *montagem*. O mesmo podemos pensar sobre o valor da *montagem* (que faz com que muitos digam “passar-se por mulher”), comparada com a desqualificação da masculinidade efeminada destes adolescentes *desmontados*, não apenas nos ambientes das boates gays, salas de bate papo da *internet*, mas também nos ambientes tidos como de heteros.

O que Miskolci, em sua incursão etnográfica nas salas de bate-papo gay voltadas ao público masculino de São Paulo, afirmou sobre o espaço *online* de socialização homoerótica, também pode ser utilizado para pensar os trânsitos destes adolescentes e as suas buscas por parceiros amorosos:

---

<sup>9</sup> Os *boys* aqui são aqueles “homens de verdade” muito jovens, alguns adolescentes, que freqüentemente mantêm relacionamentos com homens, às vezes até mesmo exclusivamente com homens, mas “não parecem gays”, isto é, não são efeminados. Estes *boys* a que me refiro são comumente de classes menos privilegiadas economicamente. “Homens de verdade” também são aqueles que a maior parte das travestis assume como namorados ou maridos. Os “homens de verdade” perseguem um ideal de masculinidade do ativo sexualmente, isto é, aquele que penetra o ânus do parceiro. No entanto, há um contraste entre as práticas reais e este ideal, afinal, é comum os relatos das travestis de que parte destes homens prefere ser penetrados por elas (SILVA, 1993; BENEDETTI, 2000; DUQUE, 2005; PERES, 2005; PELÚCIO, 2007).

O desejo que os guia está na masculinidade padrão corporificada na imagem de um homem plenamente ajustado à ordem heteronormativa. Curioso paradoxo em que o desejo é homoerótico, mas se dirige ao homem “heterossexual”, ou seja, aos valores e práticas historicamente construídos como típicos daquele que mantém a dominação masculina (misoginia) e a recusa das relações amorosas ou sexuais entre homens (homofobia) (2008a: 7-8).

Os trânsitos possíveis diante da ordem heteronormativa são múltiplos e diversos. E ainda que, o desejo comumente é visibilizado como sendo homoerótico, em campo encontrei adolescente engajados em processos de travestilidades que sentiam desejo afetivo e sexual por mulheres, o que reforça a afirmação de que o que talvez tenha realmente marcado a singularidade da configuração brasileira de sexo e gênero seja menos a ênfase em binarismos hierárquicos e mais a recusa em operar com dualismos e identidades essencializadas, incomensuráveis e intransitivas (CARRARA & SIMÕES, 2007: 95).

Tomo como exemplo a experiência de Rodrigo. Durante o trabalho de campo, percebi que ele vai, com facilidade, de uma feminilidade travesti a uma masculinidade do “tipo michê<sup>10</sup>”. Tanto nas ruas onde os profissionais do sexo masculino atuam como nos espaços de prostituição travesti, Rodrigo, antes do abrigo em uma instituição que acolhia crianças e adolescentes tidos como vítimas da prostituição, conseguia clientes e era muito elogiado pela sua aparência, segundo suas próprias palavras, às vezes “muito masculina”, às vezes “muito feminina”.

Esse trânsito entre ser michê e ser travesti coloca em cheque a “fase de transição” apontada por Benedetti em seus estudos. Para este autor, este período diz respeito à fase que o sujeito passa no seu processo de construção do corpo “entre o menino e a travesti, quando ele vai experimentando pequenas alterações no corpo, normalmente modificações mais facilmente reversíveis, mas que sirvam para identificação com os atributos do feminino” (2000: 44). Segundo o trabalho de campo desse autor, o sujeito alocado nesta fase seria caracterizado pelas travestis como *bicha-boy*.

Em alguns casos, esta fase é real e ainda prevalece, mas há novas travestilidades que são exatamente esta fase, não vão além dela, permanecem ali e dali se constituem. É

---

<sup>10</sup> *Michê designa aqui* aqueles sujeitos que se prostituem sem abdicar de propósitos gestuais e discursivos da masculinidade em sua apresentação junto aos clientes, comumente também masculinos.

algo mais do que a afirmação de Pelúcio de que “o michê de hoje pode vir a ser a ninfeti-  
nha de amanhã, deslocando-se no espaço porque o corpo marcado assim o pede” (PELÚ-  
CIO, 2007: 59), pois não é um deslocamento linear de um lado em sentido ao outro, mas  
um constante ir e vir, neste caso campineiro, em um espaço físico muito bem delimita-  
do<sup>11</sup>.

Segundo Vencato, referindo-se aos sujeitos travestis, transexuais e *drags*, “é  
com a construção plural e não estática do corpo, da identidade e do gênero que essas pes-  
soas brincam todo o tempo. Faz parte do universo *trans* permanecer em mudança. E nun-  
ca se sabe realmente onde elas estão” (2003: 212-213). Silva, em relação às travestis,  
afirma o mesmo, sobre a sua “transcondição”: “não se trataria de uma incompatibilidade  
entre uma biologia específica e uma particular personalidade (materializada no truísmo  
'alma de mulher em corpo de homem'), mas de uma tendência ao próprio trans, à condi-  
ção trans” (1993: 91).

Assim, a partir da *montagem* e da *desmontagem*, estas novas travestilidades cor-  
respondem àquilo que Perlongher escreveu sobre territorialidade e identidade, conside-  
rando que é possível ocorrer o deslocamento dos sujeitos mais ou menos intermitente-  
mente pelas várias casinhas classificatórias, mudando de classificação conforme o local e  
a situação: “Frequentemente, é um mesmo sujeito que vai assumindo e recebendo várias  
nomenclaturas classificatórias em diferentes momentos do seu deslocamento” (1987a:  
152).

Este trânsito em diferentes territórios não é característica exclusiva da cidade de  
Campinas, como aponta a etnografia na cidade de São Paulo de Júlio Assis Simões e Isa-  
dora Lins França. Para estes autores, mesmo nos “espaços gays” tidos como “chiques e  
dourados”, a presença de travestis aponta para uma relação ambígua de mútua atração e  
estigmatização entre os seus frequentadores e estes sujeitos. Perlongher afirma, em rela-  
ção a este trânsito visto em um sentido mais amplo, que há uma “capacidade, exacerbada  
nos circuitos marginais, de o mesmo indivíduo participar, alternativa ou erraticamente, de  
diversas redes, algumas delas ‘normais’” (2005: 279).

---

<sup>11</sup> As ruas de prostituição no centro da cidade de Campinas, por onde encontrei parte das adolescentes, são separadamente ocupadas por mulheres, michês e travestis. Não há convívio intenso entre estes diferentes sujeitos no mercado sexual, sendo bastante contextual o encontro destes profissionais na noite da cidade.

Compreendo as redes chamadas de “normais” por Perlongher como sendo aquelas que não fluem das margens noturnas da sociedade, que correspondem a uma temporalidade em acordo com o tempo da família e não exercem atividades consideradas ilegais/ímorais (MISKOLCI & PELÚCIO, 2008a). Neste sentido, Judith Halberstam (2005) afirma que há usos queer<sup>12</sup> de espaço e tempo que se desenvolvem em oposição à família, à heterossexualidade e à reprodução, apontando para experiências fora de marcadores sociais naturalizados como a sucessão (verdadeiro script incentivado socialmente) de nascimento, casamento, reprodução e morte.

O que estes processos de travestilidades têm me mostrado é que, a despeito de toda homofobia a que estão expostos em casa desde a infância (BENEDETTI, 2000), parte dos sujeitos que tenho pesquisado, não têm rompido os laços com seus familiares, com suas “redes normais”. Diferentemente do que ocorria frequentemente com a geração anterior, muitas travestis adolescentes não têm sido expulsas de casa por seus pais, apresentando uma realidade bastante diferente daquela descrita por Pelúcio (2007), em que as travestis, quando se “assumiam”, tinham o espaço doméstico da família, via de regra, insustentável.

O convívio junto de Rafaela, assim como de outras adolescentes, possibilitou-me, ao longo da pesquisa, compreender que a permanência delas em casa se justifica de, pelo menos, três diferentes formas:

1 - Rafaela, via prostituição, contribui financeiramente com as despesas da casa, o que a valoriza bastante diante da mãe. O mesmo aconteceu com Vivian, que, por “ajudar em casa”, a sua família tolerou a sua feminilidade até pouco antes do início da *montagem* ser feita cotidianamente.

Kulick, em outro contexto e período, via o dinheiro como o que levava as travestis para a prostituição, e que “elas precisam dele para viver, comer, pagar o aluguel, mas também para sustentar as relações afetivas com os namorados e com a família” (2008: 196). E que, portanto, “a incapacidade de ganhar dinheiro é um golpe devastador para a travesti, tanto no aspecto material quanto no emocional” (Ibidem: 196). Ainda que

<sup>12</sup> Queer é uma categoria local estadunidense, em inglês, pode significar excêntrico, esquisito, diferente; bem como o perverso sexual, marginal, estigmatizado ou anormal (ESCOFFIER, 1998). Segundo Márcia Ochoa (2004), não devemos buscar traduções, mas atentarmos aos nossos xingamentos e seus próprios escândalos. Assim, no universo acadêmico o queer tem o compromisso de entender os processos daqueles que estão fora dos marcos normativos – pensar os sujeitos teóricos que não possuem nenhuma trajetória reprodutiva, moral ou economicamente fixa (OCHOA, 2004: 254).

esta afirmação não possa ser generalizada, é inegável a importância do fator econômico para as experiências destes sujeitos.

2 - Rafaela teve um parente, com forte liderança na família, que incentivou o início do processo de sua feminização, propiciando um ambiente não tão hostil a sua expressão identitária. Daniele também teve apoio de alguém da família, mas, neste caso, esse apoio não fez com que os demais familiares aceitassem a sua condição travesti por um longo tempo. Tanto na família de Daniele, como na família de Rafaela, este apoio veio das avós.

A relação de Rafaela com a família era tão acolhedora que contribuiu para que um tio (irmão da mãe) resolvesse “assumir” a sua travestilidade. A diferença de idade deste tio em relação à de Rafaela é de mais de quinze anos. Rafaela contou-me esta situação com entusiasmo e alegria, sentindo-se responsável pela “libertação da tia”.

3 - Gabriela, por sua vez, me fez compreender que a permanência em casa também pode ser associada ao que já chamei analiticamente por *montagem estratégica*. Gabriela, por exemplo, tem, estrategicamente, usado roupas e acessórios femininos fora de casa, para não colocar a sua permanência junto dos pais em risco, mesmo eles sabendo que ela gosta de se vestir como mulher e, segundo ela, a respeitar, a ponto de ela assumir: “Minha mãe experimenta minhas roupas de mulher”. Quando perguntei para ela sobre o seu pai, ela disse: “Nem liga (risos), mas ele não experimenta”.

Outro espaço de “redes normais” mantidos por parte desta nova geração de travestis é a escola. Mesmo sendo o local onde a rejeição à homossexualidade tem sido consentida e ensinada, a partir do desprezo, do afastamento e pela imposição ao ridículo daqueles que não se apresentam com comportamentos reconhecidos como heterossexuais (LOURO, 2003), já se encontram relatos de adolescentes travestis que freqüentam as aulas.

Os dados mostram que estas adolescentes estão em cursos chamados “supletivos”, em que a sala tende a ter menos alunos e um perfil etário misto. Além disso, há casos de adolescentes com diferentes perfis de *montagem*, desde as com silicone no corpo e nome social feminino respeitado pelos professores, como é o caso de Rafaela, até aquelas que ainda são alocadas pela turma como gays, mas se sentem “mais travestis”, e inves-

tem na maquiagem e em algumas peças de roupas “mais femininas”. Neste segundo caso, encaixam-se, em determinando momento da pesquisa, Vivian e Rodrigo.

Segundo Rafaela, “aquela escola é tudo de bom. A *amapô*<sup>13</sup> que dirige me trata no feminino, como todos os professores”. Vivian, além de me dar relatos parecidos sobre os profissionais da escola onde estuda, afirma que não se sente discriminada pelos amigos da turma. Inclusive, em seu Orkut, há fotos destes amigos que, como disse, “são *bofes* de bem”. No entanto, durante as minhas conversas com estas adolescentes, o mesmo clima no ambiente acolhedor não pode ser generalizado para a escola inteira. Nos intervalos, por exemplo, há comentários que, segundo elas, são preconceituosos, mas, em suas palavras, “é só não dar confiança que eles param”.

Mesmo com a inserção destas adolescentes nos espaços familiares e da educação formal, mantém-se a importância dos locais de prostituição na experiência de muitas delas. Isso ocorre, principalmente, por estes espaços ainda são provedores de um simbolismo para a compreensão/identificação do ser travesti, “simbolismo este que delimita um espaço social/sexual diferente do mundo da normalidade heterossexual, um espaço que é marcado tanto pelo perigo como pelo prazer, e pela constante inversão do que seriam as convenções aceitas” (PARKER, 2002: 114-115). E, dentre todas as expectativas construídas no universo do sexo pago, ainda destaca-se como central a possibilidade de ir para a Europa<sup>14</sup>.

Mas, ter uma experiência internacional não está no alcance de todas. Existe um perfil no mercado do sexo em Campinas que garante as chances de viajar para se prostitui

---

<sup>13</sup> Amapô, em bajubá, é o mesmo que mulher. Segundo Pelúcio (2005), as travestis adotam uma série de termos vindos do *ioruba-nagô*, compondo uma espécie de gíria conhecida como *bajubá*, *pajubá* ou *batebate*. O *bajubá*, como é chamado em Campinas, é definido pelas travestis como sendo um dialeto oriundo dos espaços sagrados das religiões afro-descendentes. Este vocabulário tem sido transmitido nos vários ambientes que as travestis frequentam, como boates, bares, Organizações Não Governamentais (ONGs) voltadas para a diversidade sexual, encontros nacionais ou regionais de militantes travestis. Ele também já é empregado em programas humorísticos e usado por diversos personagens em novelas brasileiras. O uso do *bajubá* parece voltar ao clima do contexto da sua origem entre alguns dos adolescentes com os quais convivi, especialmente aqueles que foram abrigados em instituições de “proteção” a crianças e adolescentes neste município. Como as gerações anteriores, as mais jovens de hoje usam este linguajar próprio para se comunicar nas instituições com outros adolescentes que o conheciam sem ser compreendidos pelos demais. O teor da conversar é quase sempre a respeito de práticas ou desejo sexuais, visto que não podem declarar ou deixar transparecer suas práticas sexuais ou desejos pelos seus pares, afinal, no abrigo é proibido manter relações sexuais.

<sup>14</sup> Esse fluxo migratório se acentuou nos anos 1980 e, até o momento, mantém-se como sonho de ascensão social dentro do grupo pesquisado, dado o acesso a bens materiais e simbólicos que o dinheiro aferido nessas viagens pode proporcionar (PELÚCIO, 2007: 227).

fora do Brasil. tem suas vantagens. Daniele, por exemplo, que início da pesquisa vivia em Campinas, mas ao término deste estudo morava na Espanha, tinha disciplina para pagar as contas em dia com a *cafetina*, não *se colocar* (não usar drogas) na rua e, aos olhos de suas amigas, parecia ter *axé*, isto é, sorte na noite com os clientes.

Estas características fazem com que as adolescentes e jovens travestis não simplesmente escolham ir para a Europa. Na verdade, a *cafetina* é que identifica este perfil disciplinado de quem “pode pagar” a viagem e o custo da permanência e, para a alegria de poucas, as convidam a realizar este sonho e prepará-las durante alguns anos para a viagem.

Depois de ter saído de Campinas e ido para a Europa, comuniquei-me com Daniele pela plataforma virtual de relacionamento Orkut e também pelo MSN-Messenger. Durante nossas conversas pelo Messenger, a frase que ela definiu para que os seus contatos a visualizassem, numa espécie de apresentação pessoal após o seu nome, diz muito a seu respeito: “Quem sou eu é o que muita gente queria saber ou talvez conhecer, mas, o que fiz da minha imagem (risos) não está no gibi”.

A mudança que percebi em seu perfil do Orkut ao longo do trabalho de campo é, principalmente, referente às suas fotos. As fotografias tiradas em uma noite escura, em um posto de gasolina, freqüentado principalmente por caminhoneiros, dão espaço a imagens de praias ensolaradas e paradisíacas. Há também a visível diferença, quando comparamos as fotos anteriores com as atuais, em relação a cor de sua pele. Ela aparece com a pele mais clara, segundo ela, além da maquiagem, as fotos foram “trabalhadas” para torná-la ainda mais bonita. Neste processo de embranquecimento, os cabelos foram alisados, ela não usa mais as tranças étnicas como muitas meninas negras brasileiras.

Mas, os textos das mensagens, que não são apagadas do histórico da sua página no Orkut, também não são os mesmos. Hoje se misturam os textos em português e em espanhol de admiradores e clientes internacionais com aqueles dos antigos *bofes* saudosistas no Brasil, e os de várias travestis que também se prostituem na Europa. Algumas poucas amigas mulheres e travestis do Brasil pedem notícias e elogiam as fotos. Antes, lia-se um português mal escrito, de jovens admiradores e raros clientes, mensagens do período em que morava no Brasil.

A escolha das imagens, legendas e mensagens que não foram apagadas do seu Orkut diz muito sobre o processo de construção identitária em que Daniele está empenhada em legitimar diante das outras travestis que a visitam neste espaço *online*. Esta construção identitária é a de uma verdadeira *européia*, ou seja, a categoria êmica mais valorizada no meio travesti por denotar sucesso, enriquecimento e sofisticação, tanto na construção de um corpo feminino como nos gestos, vocabulário e no aprendizado de uma língua estrangeira (PELÚCIO, 2007).

Portanto, o sonho de ir para a Europa se justifica porque comumente a Europa significa um ponto de virada, promovendo-as no mercado sexual brasileiro e dando-lhes oportunidades de transformações radicais no corpo, para torná-lo o mais discreto possível, isto é, fazendo-as *passar por mulher*. Assim, estas manipulações das identidades, seja no clássico processo da construção de uma top, seja naqueles de *montagens* e *desmontagens* nos termos mais atuais, tem diminuído as possibilidades de escândalo e favorecido o trânsito destes sujeitos sem passarem ou estarem expostas a situações de violência ou vexatórias.

### **Sobre a vergonha e o escândalo**

Segundo Goffman, há uma fase da socialização quando se aprende que se possui um estigma<sup>15</sup> particular assim como as conseqüências de possuí-lo (1988: 41). É sobre esta fase que focarei no início deste item.

Em sua reflexão sobre as experiências de desrespeito social, Axel Honneth considera que a própria luta por reconhecimento nasce dos conflitos surgidos pelo desrespeito. Assim, ele toma o conflito como a base de toda e qualquer interação social, afirmando que as conseqüências de ser possuidor de um estigma são percebidas pelo fato do processo de socialização, em geral, ser efetuado

na forma de uma interiorização de normas de ação, provenientes da generalização das expectativas de comportamento de todos os

---

<sup>15</sup> O estigma é pensado neste estudo mais como uma linguagem de relações, do que um atributo depreciativo em si, podendo, nos termos de Erving Goffman (1988), ser manipulável. Em outras palavras, entendo estigma neste estudo mais como uma linguagem de relações do que um atributo depreciativo em si. Compreendo um estigma como um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo (GOFFMAN, 1988: 17), relação esta que deve ser contextualizada e localizada historicamente. Em outras palavras, “um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso” (Ibidem: 13).

membros da sociedade. Ao aprender a generalizar em si mesmo as expectativas normativas de um número cada vez maior de parceiros de interação, a ponto de chegar à representação das normas sociais de ação, o sujeito adquire a capacidade abstrata de poder participar nas interações normativamente reguladas de seu meio; pois aquelas normas interiorizadas lhe dizem quais são as expectativas que pode dirigir legitimamente todos os outros, assim como quais são as obrigações que ele tem de cumprir justificadamente em relação a eles (2003: 135).

Esta leitura sobre “interações normativas” defende que “na medida em que a criança em desenvolvimento reconhece seus parceiros de interação pela via da interiorização de suas atitudes normativas, ela própria pode saber-se reconhecida como um membro de seu contexto social de cooperação” (Ibidem: 136).

Kulick & Klein (2003) problematizam o olhar de Honneth sobre experiências vergonhosas a partir das reflexões de Sedgwick. Eles afirmam que, como Honneth, esta autora argumenta que a noção de se ver envergonhado é atribuída por outros, e que a experiência da vergonha é constitutiva da pessoa. Mas, diferentemente de Honneth, Sedgwick não compreende que este sentimento pode ser eliminado a partir de um aumento de consciência ou via esforços de reconhecimento.

Honneth acredita que, desenvolvido o auto-respeito a partir das interações, os sujeitos podem deixar de se sentirem envergonhados, enquanto Sedgwick afirma que a vergonha é constitutiva de toda formação identitária, mesmo daqueles que não são os tidos como desrespeitados socialmente. Assim, todas as nossas experiências de socialização, nas quais nossos comportamentos e expressões foram/são controladas por afiadas repressões, tais como “tem gente olhando para você”, são importantes nexos na construção de nossas identidades (KULICK & KLEIN, 2003: 7).

Nesta lógica, a extinção da vergonha pode significar a própria extinção da noção da identidade do eu. Portanto, Sedgwick, assim como Kulick e Klein, afirmam que, em vez de fantasiar sobre o fim da vergonha, ela deve ser reconhecida, abraçada e posta em curso como uso político transformador (KULICK & KLEIN, 2003: 7). Porém no nível das práticas sociais cotidianas, especialmente entre os jovens com quem convivi, não há interesse tampouco parece possível transformar a condição da vergonha em algo positivo ou político.

Vagner, por exemplo, depois de muitas dúvidas, optou por ser “só drag”, e não mais travesti. Mas, ele não queria ser uma “*drag* qualquer”. Escolheu um nome duplo, agregando assim mais status a sua escolha. O primeiro nome é de uma cantora negra americana, famosa e elogiada por sua beleza na mídia internacional. O sobrenome é de uma *drag* brasileira também famosa, magra, branca, tida como feminina e rica devido aos seus shows “luxuosíssimos”. A escolha do segundo nome foi alvo de várias críticas dos amigos de Vagner, afinal, segundo eles, ele parece mais com uma outra drag brasileira, negra, que se passar por pobre e que é famosa pelos shows onde se apresenta sem qualquer produção, mas sempre com tom de deboche, com um discurso escandaloso.

Neste processo de busca por *glamour*, que passa pela imagem feminina branca e economicamente luxuosa, Vagner criou dois endereços no Orkut, ambos com o seu nome e o da drag luxuosa. Um deles está lotado de “amigos”, sem poder receber novos integrantes, com mais de 900 pessoas cadastradas. A segunda já possui aproximadamente 600 contatos. Neste endereço, há 190 comunidades; comunidades tratam-se de espaços onde os usuários do Orkut se juntam a partir de afinidades ou interesses, elas são temáticas e facilitam a troca de mensagens, vídeos, fotos e acessos a outras comunidades. Analisando as comunidades que Vagner agregou a estes dois endereços, depois de agrupá-las por temáticas, cheguei a números bastante interessantes, que revelam o quanto empenhado está este adolescente em construir uma imagem *glamourosa* de si.

As comunidades de marcas famosas do mundo da moda internacional somam 40. Fazem parte deste agrupamento comunidades como “Armani” (98.599 membros), “M. Officer” (29.475 membros), “Dolce & Gabbana, eu uso e daí?” (815 membros), “I love Colcci” (12.543 membros), “Fanáticos por óculos Ray Ban” (5.747 membros) etc. Outras 19 comunidades são referentes a mulheres famosas, comumente magras e brancas, como “Angelina Jolie” (171.313 membros) e “Gisele Bündchen” (72.108 membros). Deste agrupamento, as temáticas que se repetem são referentes a esta modelo brasileira, das 19, 7 são sobre Bündchen. Um terceiro agrupamento é sobre a temática que uma *glamourização* de si, de um “empoderamento” luxuoso da auto-imagem, de certa valorização da auto-estima dos seus membros. São comunidades com os mais variados títulos: “sua inveja faz a minha fama” (3.470.651 membros), “Eu tenho personalidade” (245.239

membros), “Eu não ando, eu desfilo” (12.836 membros), “Eu sou um luxo” (2.348 membros) etc.

Vagner e outras adolescentes me disseram em campo que se *montam* e gostam de “causar”. Eles são unânimes em dizer que *desmontados* não chamam a atenção, pois, segundo Gabriela, “desmontada perde o *glamour*”. “O legal é causar”, disse-me em certa ocasião. “Causar” é chamar a atenção, não passar despercebida, ser reconhecida, notada. De uma forma mais ampla, o “causar” para estas adolescentes é no sentido afirmativo de suas capacidades de se tornarem femininas, de serem elogiadas por sua estética.

O “causar” também pode ser usado no sentido do “bafão”, do escândalo. Mas, para elas esta parece não ser uma boa proposta, algo que mereça investimento. As travestis com as quais convivi prezam por um comportamento não escandaloso e procuram chamar a atenção sem passar vergonha, por meio de características que as levam, sob sua lógica, a serem respeitadas como pessoas educadas, “finas”.

Porém, sabemos que a vergonha marca a experiência de meninos que se interessam afetiva e sexualmente por outros meninos. Esta se forja porque, primordialmente, eles buscam atender aos comportamentos normativos esperados, e o não cumprimento das expectativas sociais os vexe e relega seus desejos ao reino do segredo. As adolescentes que entrevistei foram unânimes em afirmar que suas primeiras experiências afetivo-sexuais com outros garotos se deram em segredo, e, mesmo sem serem descobertas, sabiam desde muito pequenos que havia algo de “errado” ou vergonhoso naquilo que faziam.

A descoberta dessas experiências eram comumente recebidas com violência por alguns membros das famílias das entrevistadas. Daniele, inclusive, sofreu várias agressões físicas por parte de sua mãe, antes de sair de casa. Todas as travestis desta pesquisa são oriundas de famílias tidas como heterossexuais. Exceto a família desta adolescente, na qual a mãe se assumia enquanto lésbica e convivia com sua companheira há alguns anos. No entanto, Daniele não é aceita por sua mãe, que, segundo suas palavras, “até a tolerava como gay, mas jamais a aceitava enquanto travesti”.

A negação do filho que, “além de ser viado, ainda se veste de mulher” por parte da mãe de Daniele justifica-se, segundo seu relato, por sua mãe relacionar travesti à imagem dominante que a associa ao extremo do efeminamento e da passividade sexual; em

suma, ao rompimento radical das expectativas sociais sobre como deve se apresentar e se comportar um homem.

As travestis são relegadas ao campo desvalorizado do feminino e, por se tratarem de homens que abdicaram do privilégio da masculinidade, têm sua identidade associada a um desvio de caráter que excede o vergonhoso e se aproxima do estigmatizável, motivo de escárnio e objeto de reações violentas. Assim, o interesse por pessoas do mesmo sexo cria a vergonha que se sofre, geralmente, em segredo, ao se sentir um estranho em um mundo apresentado como heterossexual. Mas o rompimento das normas de gênero, por sua expressão pública, torna as travestis sujeitas a reações mais violentas e, no limite, estigmatizadoras do que as vivenciadas por outros homo-orientados como gays ou lésbicas.

Historicamente, segundo Berenice Bento, o discurso da diferença sexual, isto é, que existem dois sexos “biológicos” hierarquicamente diferentes e separados, um para o homem e um outro para a mulher, deu suporte ao julgamento das condutas, naturalizando e essencializando o que se entendia por comportamentos masculino e feminino. Segundo ela, nesta lógica dicotômica, não é possível haver deslocamentos<sup>83</sup>. Além disso, nestes termos, “o masculino e o feminino só conseguem encontrar sua inteligibilidade quando referenciados à diferença sexual” (BENTO, 2008: 25)<sup>16</sup>.

Em uma perspectiva informada pelos estudos de gênero, passamos a conhecer a masculinidade e a feminilidade não como algo direta e “naturalmente” associado aos genitais, antes como signos ou processos que são acionados por meio de práticas culturais. Isto se faz imprescindível para refletir sobre a subjetividade travesti (KULICK, 2008: 242). Como essa reflexão ainda está longe da realidade do senso comum, em alguns casos, até mesmo dos ambientes acadêmicos, os maus tratos que Daniele, e outras travestis adolescentes também sofreram, são freqüentes. Maus tratos têm efeitos subjetivos profundos, pois consistem em:

---

<sup>16</sup> Não é à toa que a imposição da normalidade dos gêneros inteligíveis ligados à diferença sexual é o que leva algumas dessas travestis a desejarem a cirurgia de “mudança de sexo”, afinal, esta seria uma “tentativa de transcender os domínios do irrelevante e do risível” (SILVA, 1993: 159). Não constatei, porém, este desejo entre as entrevistadas, com a exceção pontual de Vivian, que, em suas palavras, “chegou a pensar nisso”, tendo até uma comunidade no Orkut com o título “Quero trocar de corpo” (115 membros), mas desistiu, pois, “está bem assim”.

um tipo de desrespeito que fere duradouramente a confiança, aprendida através do amor, na capacidade de coordenação autônoma do próprio corpo; daí a consequência ser também, com efeito, uma perda de confiança em si e no mundo, que se estende até as camadas corporais de relacionamento prático com outros sujeitos, emparelhada com uma espécie de vergonha social. (HONNETH, 2003: 215)

No entanto, não é somente através de experiências de violência física que a vergonha emerge mesclada ao estigma. O surgimento da vergonha, e a possibilidade deste sentimento se tornar central na experiência dos sujeitos, se dá quando o indivíduo percebe que um de seus próprios atributos é impuro e pode imaginar-se como não portador dele (GOFFMAN, 1988: 17).

Por exemplo, nas experiências de Vivian e Rodrigo, eles se perceberam portadores de atributos impuros durante processos institucionais tidos como “acolhedores” e de “proteção”. Isto se deu durante suas permanências nos abrigos por onde passaram. Inclusive, nos aconselhamentos<sup>17</sup> presentes no discurso moralista cristão destas instituições, que os pediam para “voltar a ser menino”, pautaram as suas experiências em diferentes níveis, até meus últimos contatos com eles, quando já viviam fora das instituições. Isso, porém, não significa que a *desmontagem* institucional<sup>18</sup> atingiu o seu objetivo plenamente. Afinal, hoje, procuram ser “úteis” para a sociedade, nas palavras de Vivian, “fazer alguma coisa de bom”, mas parecem estar distantes do modelo de masculinidade heteronormativo defendido pelas instituições.

Vivan optou por trabalhar em uma loja de um shopping, como menino efeminado, mas sem se dizer travesti. Ela tem dificuldade em se autodeclarar a partir das categorias identitárias comumente disponíveis nos ambientes que frequenta, o que causa certa confusão e muitas dúvidas em determinadas situações face a face ou no universo *online*. Percebi que Vivian tem a preocupação de não fazer com que as pessoas acreditem que ela seja mulher, mas também não se vê “apenas como gay”. Em um passeio com ela no shopping, pude perceber que a atendente de uma lanchonete não soube se a tratava no feminino ou no masculino. Em uma das mensagens recebidas no seu Orkut, lê-se de um

---

<sup>17</sup> “Os conselhos ao estigmatizado frequentemente se referem com bastante singeleza à parte de sua vida que o mais envergonha e que considera a mais privada” (GOFFMAN, 1988: 122).

<sup>18</sup> Sobre os processos de desmontagem institucional, ler DUQUE, 2007

novo integrante do seu grupo de “amigos”: “pode até não ser travesti, mas mulher que não é”.

Rodrigo, por sua vez, tem procurado empregos e tem tido dificuldades de encontrar algum que o agrade, visto que os trabalhos surgidos são braçais, e ele não aceita por não querer ter “braços e corpo musculoso, de homem”.

Segundo Warner, há uma política da vergonha que vai além deste sentimento declarado e deliberado por este moralismo. “Ela envolve também desigualdades silenciadas, desinteresses, efeitos de isolamento e a falta de acessos públicos” (WARNER, 2000: 7). Então, em se tratando de sexualidades subalternas, podemos afirmar que “o efeito da vergonha é a dominação heterossexual” (Ibidem: 6).

Richard Parker e Peter Angglenton afirmam que o estigma tem sempre uma história, e esta história faz com que, pela estigmatização, os sujeitos sejam inseridos de diferentes formas nos sistemas ou estruturas de poder.

De fato, é possível ver a estigmatização desempenhando um papel chave na transformação da diferença em desigualdade, e pode funcionar, a princípio, em relação a qualquer um dos eixos principais da desigualdade estrutural interculturalmente presente: classe, gênero, idade, raça ou etnia, sexualidade ou orientação sexual, e assim por diante. (2001: 14).

Neste contexto, pode-se pensar como se dá a questão do uso político do escândalo por esta nova geração, que, segundo Don Kulick & Charles Klein (2003), amplia o espaço a abjeção. Para eles, “o escândalo é toda situação que evidencia (ou visibiliza) uma diferença das realidades hegemônicas ou das socialmente desejadas” (KULICK & KLEIN, 2003: 02). A maior parte das travestis de gerações anteriores, diferentemente das estudadas por mim, abusavam cotidianamente da sua condição vergonhosa, de forma a se impor nas mais várias situações. Parece-me que as mais jovens têm buscado esconder ou evitar o que pode lhes causar vergonha.

Entendo que esconder o que causa a vergonha é uma das estratégias de esconder ou eliminar signos que se tornam símbolos de estigma (GOFFMAN, 1988: 103). E, este processo também tem ocorrido com outros grupos identitários, como de gays e lésbicas. Por exemplo, Warner (2000) faz uma crítica ao Movimento Gay Americano fundamentada na percepção do autor de que a identidade homossexual tem sido

distinguida de atos sexuais não normativos e sua vergonha, através de ações que tendem a valorizar o orgulho e eliminar a vexação (WARNER, 2000: 31).

Essa realidade também é presente no Brasil. Travestis envolvidas no movimento social LGBT tendem a mesma postura. Tomando a questão etária dos menores de dezoito anos, são freqüentes as tentativas de militantes LGBT de se livrarem de estigmas que vão para além da homossexualidade patologizante ou do efeminamento desqualificado: teme-se o estigma da pedofilia e do tráfico de pessoas, associado a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA), sem contudo levar em consideração as práticas sexuais consensuais na adolescência ou mesmo a subjetividade e agência daqueles envolvidos no mercado do sexo.

No caso de Rafaela, defender que o Estado, através de Políticas Públicas, elimine a prostituição da experiência das travestis (não somente das adolescentes), agrada grande parte do movimento social LGBT, e a dá prestígio e respeito. Durante os trabalhos da 1ª Conferência Estadual LGBT de São Paulo, por exemplo, em um dos raros momentos em que a platéia de militantes adultos ouviu atentamente os adolescentes e jovens presentes, Rafaela fez uma defesa contrária a existência dos espaços de prostituição na experiência travesti, inclusive exigindo políticas públicas para impedir a ida delas para se prostituírem na Europa. Assim que Rafaela terminou a sua fala, a platéia a aplaudiu exaustivamente.

Essa realidade diante destes temas embasou também a I Conferência Nacional LGBT, inclusive o principal documento que a fundamentou. O Texto-Base, após informar que um Estado democrático de direito não pode aceitar práticas discriminatórias em relação a sexo, orientação sexual e identidade de gênero, faz a seguinte afirmação:

A prática sexual entre adultos do mesmo sexo é um direito de fórum íntimo, bem como o é a apresentação social do seu sentimento de pertencimento a um determinado gênero, independentemente do seu sexo biológico (TEXO-BASE, 2008: 5).

Considerando a afirmação acima, em relação ao reconhecimento das práticas sexuais restritas a sujeitos adultos do “mesmo sexo”, o Texto-Base não permite uma ruptura integral com o discurso dos grupos sociais hegemônicos, pautado numa idéia de

estratificação sexual<sup>19</sup>. Segundo Gayle Rubin (2003), a estratificação sexual a que nos referimos dá maior legitimidade e poder a uma “sexualidade boa” dos eleitos (heterossexual, conjugal, monogâmica, de mesma geração, reprodutiva e não comercial), em oposição a uma “sexualidade má” dos marginalizados (homossexual, fora do casamento, promíscua, entre gerações, que não visa à reprodução ou é comercial). Em outras palavras, as práticas sexuais entre adolescentes ou mesmo àquelas entre gerações com consentimento não estão problematizadas ou reconhecidas no documento<sup>20</sup>.

Portanto o Texto-Base dá margem a uma interpretação que restringe a prática da sexualidade apenas à vida adulta, colocando jovens, adolescentes e crianças fora da legalidade do exercício de suas sexualidades, e, conseqüentemente, distante de parte de seus direitos: “Não há fundamento legal que coíba as práticas relativas ao exercício da sexualidade de LGBT, observada a idade adulta e o consenso” (TEXO-BASE, 2008: 11). Mas, o documento reconhece que a experiência etária do adolescente e jovem LGBT, bem como da criança que foge aos estereótipos de gênero, “deve ser compreendida a partir de uma perspectiva de uma maior vulnerabilidade, demandando iniciativas políticas que visem a proteção dos seus direitos” (TEXO-BASE, 2008: 44).

Porém, durante as discussões das propostas na I Conferência Nacional LGBT, um militante combateu com temor a proposta de inserir travestis adolescentes ou menores de doze anos nas campanhas midiáticas de enfrentamento prostituição infanto-juvenil, com a justificativa de que as práticas LGBT poderiam ser, ainda com mais freqüência, relacionadas com a pedofilia<sup>21</sup>. Apesar de seus esforços, a plenária aprovou a proposta.

---

<sup>19</sup> Sobre a problematização de outros aspectos desta citação e do contexto da formação das delegações Estaduais para a I Conferência Nacional LGBT, ler DUQUE, 2008.

<sup>20</sup> Segundo RUBIN (2003), a perseguição erótica e a estratificação social entre sexualidade “boa” e “má” tem na legislação o mais implacável instrumento. Segundo ela, “A lei é especialmente implacável ao estabelecer uma fronteira entre a ‘inocência’ da infância e a sexualidade ‘adulta’. Em vez de reconhecer a sexualidade dos jovens e tentar dar-lhe suporte de forma prudente e responsável, nossa cultura nega e pune o interesse e atividade erótica de qualquer pessoa que não atingiu a maioridade. O volume de disposições legais destinadas a proteger os jovens de um exercício prematuro da sexualidade é espantoso” (RUBIN, 2003: 43).

<sup>21</sup> Historicamente, grupos sociais estigmatizados por sua religião, visão política ou orientação sexual são socialmente representados como um perigo para as crianças. No caso dos judeus, são conhecidas as lendas de que usariam crianças em rituais de sacrifício humano. Já os comunistas foram apontados como “devoradores de crianças”. E os gays relacionados à pedofilia (MISKOLCI, 2007: 109 - nota 13).

Mas, também há ambiente propício para estas adolescentes evitarem os escândalos para além da arena política do movimento social organizado *e dos espaços de sociabilidade tidos como de gays ou de heteros*. A partir do contato com adolescentes que participam de atividades de prevenção às DST/aids em Campinas, percebi que há por parte do setor governamental o incentivo a *montagens* institucionais dos seus corpos que preza por “respeito”.

Porém, há uma forma tolerável de *montagem*, a que busca uma imagem que garanta certa respeitabilidade. A *montagem* institucionalizada não pode ser um escândalo, ela precisa ser, antes de tudo, respeitável, “cidadã”.

Essa exigência não parte de forma unilateral das técnicas, que criaram regras para a não exposição dos peitos das travestis e o não consumo e bebidas alcoólicas, por exemplo, no trio elétrico do Programa Municipal DST/Aids na Parada de 2008, mas também das próprias *montadas*. Em 2009, no bloco “Samba, suor e saúde – só com camisinha”, as travestis que têm participado das atividades de prevenção em Campinas “se chocaram” com uma outra que se propôs a sair com uma espécie de biquíni do tipo “fio dental”, curto e cheio de brilho, escondendo apenas as pontas dos seios e a genitália. Em meio a reclamações, uma das jovens travestis afirmou: “a gente luta tanto por respeito e cidadania, aí vem uma louca e acaba com tudo. O que vão pensar da gente?”<sup>22</sup>.

### **Consideração finais**

A experiência em ser travesti desta rede de adolescentes de Campinas toma como modelo não somente aquelas travestis que vivem na prostituição. Entre outros fatores, isto revela que o aprendizado de “como se tornar travesti” e as possibilidades de concretizar a *montagem* têm ocupado, ainda que timidamente, outros espaços sociais, como os do movimento social LGBT, boates GLS e serviços públicos de saúde. Nestes espa-

---

<sup>22</sup> Este “choque” por parte das travestis e estas exigências normativas das técnicas da aids em Campinas corroboram a afirmação de Pelúcio em relação ao trânsito destes sujeitos da *pista* para o posto, isto é, espaços formais de saúde: “de fato, para serem cidadãs, elas precisariam mudar: não serem escandalosas, se vestirem de outra forma, se disciplinarem em relação aos compromissos, fazer sexo seguro, submeterem-se a exames periodicamente. Ainda que, seu entorno não mude e a cidadania apareça circunscrita às unidades de saúde, elas devem mudar” (2007: 180).

ços, agregam-se novas características, referências e valores às experiências de travestilidade que tendem a transformá-las e torná-las menos escandalosas.

Nesse novo processo *montagem*, que não abandona características de gerações anteriores, destaca-se estrategicamente a flexibilização do ideal êmico de “estar como mulher 24 horas por dia”, o qual tem perdido força entre as mais jovens, e as tem possibilitado trânsitos mais fluídos do que outrora, chamando a atenção para si de formas menos vexatórias.

Talvez isso seja possível devido a uma das características que revela certa continuidade no ser travesti ao longo dos últimos anos, o fato das travestis adolescentes com as quais convivi perseguirem, como a geração anterior, uma condição de feminilidade que as faça “passar por mulher”. Os processos de construção do feminino, mesmo com tecnologias empregadas de formas diferentes de outras gerações (como a diminuição dos hormônios femininos, das aplicações de silicone líquido e a maior adesão às próteses de silicone), ainda legitimam uma feminilidade vista como “natural”, reproduzindo assim normas e padrões de gênero já reconhecidos e classificados hierarquicamente em seu meio.

A criação deste já conhecido “feminino travesti” revela-se uma intersecção em que o gênero é apenas o principal meio para “superar” ou transmutar outras categorias como a negritude e a origem socioeconômica. O ideal de beleza travesti segue o padrão hegemônico disseminado pela mídia, portanto, é branco, rico e sexualizado. Seja na escolha do sobrenome de uma drag famosa, seja no cuidado com a maquiagem e as fotos que se postam no Orkut de uma européia, é perceptível que a construção do feminino equivale também a um branqueamento e a uma busca de ascensão social por meios estético-comportamentais.

O enfoque neste processo de *montagem* e *desmontagem* também revelou o quanto os espaços de sociabilidade de diferentes jovens têm permitido, via desejo, um trânsito de *montadas* e *desmontadas* que as fazem deslizar na escala de violência que travestis têm enfrentado socialmente. A manipulação do estigma parece ser uma característica marcante desta geração que busca maior aceitabilidade e respeito, o que, talvez, substituíra, ao menos em parte, as estratégias cotidianas de escândalo que marcaram as ge-

rações anteriores, nas quais muitas travestis eram destituídas até mesmo da aspiração ao respeito social.

É perceptível também que o agenciamento desejante destes sujeitos, via *montagem* sem hormonioterapia e silicone líquido, tende a criar corpos plásticos mais afeitos aos interesses biopolíticos do presente do que os corpos transformados das travestis de gerações passadas. Afinal, *monta-se* e *desmonta-se*, não da forma como querem, mas fazendo frente a demandas e normas sociais. Em outras palavras, o agenciamento desejante destes sujeitos parece colocar seus corpos abertos a interesses hegemônicos. Assim, estas experiências são um misto de resistência e inserção em códigos valorizados de sexualidade, gênero e desejo.

Estas maneiras de vivenciar identidades sexuais de forma fluída, transitória e reversível colocam em questão a capacidade do conceito de travestilidade abarcá-las sem as reduzir a um tipo já existente e cujas mudanças aqui apresentadas sugerem transformar-se em algo diverso, mesmo que ainda não consolidado (se é que um dia virá a ser). O cenário cambiante das culturas sexuais de nossos dias insinua que as experiências que esta pesquisa buscou reconstituir e analisar deverão marcar, por algum tempo, a vida dos adolescentes, mas, como quaisquer outros processos identitários, estão restritas aos limites de um contexto social e histórico específico.

Por fim, as identificações são menos escolhas conscientes do que posicionamentos contextuais em que se articulam os interesses de cada um diante de normas e convenções sociais. No caso dos adolescentes com quem convivi, identifiquei este posicionamento como resultado do modo como, guiados por seu desejo, encontram formas de lidar com a vergonha da homossexualidade e o estigma de romper padrões de gênero. Assim, o que identifiquei inicialmente como novas travestilidades parece não constituir novas configurações de uma identidade já conhecida, a travesti, e coloca em xeque o próprio vocabulário existente para denominá-la.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global Universitária, 1987. p. 159-189.

- BECKER, Daniel. *O que é adolescência*. (Coleção Primeiros Passos, 78). São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1986.
- BENTO, Berenice Alves de Melo. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- \_\_\_\_\_. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BENEDETTI, Marcos R. *Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Dissertação de Mestrado), 2000.
- CARRAEA, Sérgio & SIMÕES, Júlio. “Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira” In: In: Dossiê Sexualidades Disparatadas. *Cadernos Pagu*. n. 28. Campinas (SP), Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, 2007. pp. 65-99.
- COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. “Subvertendo o conceito de adolescência” In: *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, vol. 57, n. 1, 2005. pp. 2-11. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/arp/v57n1/v57n1a02.pdf>
- DUQUE, Tiago. *“Travesteens”: entre as instituições e a pista. Notas de um Educador Social de Rua*. Texto apresentado no 5º Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDES); realizado na Universidade Federal de Goiânia/GO, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Sexualidade, Gênero e Abjeção: Uma reflexão sobre Direitos Humanos e LGBT no Brasil contemporâneo*. Texto premiado com Menção Honrosa no 4º concurso Construindo a Igualdade de Gênero, realizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCT), Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), Ministério da Educação (MEC) e Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNFEM). 2008.
- ESCOFFIER, Jeffrey. *American Homo: community and perversity*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1998. pp. 173 -185.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.
- GAMSON, Joshua. “As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa”. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2006. pp. 345-362
- GOFFMAN, Erving. *Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.
- HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. pp. 69-106.
- HONNETH, Axel. *Luta por conhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
- \_\_\_\_\_. & KLEIN, Charles. “Scandalous Acts: the politics of shame among Brazilian travesti prostitutes”. En Barbara Hobson: *The Struggle for Recognition*. Ofranford, Blackwell. 2003 Disponível em: <http://www.sociology.su.se/cgs/Conference/Klein%20and%20Kulick2001.pdf>

- MISKOLCI, Richard. *O Armário Ampliado - Notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet*. Artigo apresentado na Mesa “Estudos Queer, políticas identitárias e cenários futuros” do Seminário “Das Margens aos Centros: Sexualidades, Gêneros e Direitos Humanos”, UFG, setembro de 2008a. [será publicado na revista *Gênero*, UFF, 2009]
- \_\_\_\_\_. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. In: Dossiê Sexualidades Disparatadas. n. 28. *Cadernos Pagu*. Campinas (SP): Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, 2007. pp. 101-128.
- \_\_\_\_\_. & PELÚCIO, Larissa. “Como o desejo se torna político – reflexões sobre desvio, estigma e abjeção”. In: *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*. n.1, 2009. pp. 125-157. Disponível em [www.sexualidadsaludysociedad.org](http://www.sexualidadsaludysociedad.org)
- \_\_\_\_\_. & PELÚCIO, Larissa. “Aquele não mais obscuro negócio do desejo”. In: Perlongher, Néstor. *O Negócio do Michê: Prostituição Viril em São Paulo*. São Paulo: Fundação Editora Perseu Abramo, 2008.
- \_\_\_\_\_. & PELÚCIO, Larissa. “Fora do Sujeito e Fora do Lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis”. In: *Gênero*. Niterói: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero-UFF, 2006. P.255-267
- OCHOA, Marcia. “Ciudadanía perversa: divas, marginación y participación en la ‘localización’”. En Daniel Mato (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. pp. 239-256. Disponível em <http://www.globalcult.org.ve/pub/Rocky/Libro2/Ochoa.pdf>.
- PARKER, Richard & ANGLENTON, Peter. 2001. *Estigma, Discriminação e Aids. Col. Abia – Cidadania e Diretos, nº 1*. Rio de Janeiro. Abia. Disponível em: <http://www.soropositivo.org/abia/estigma/3.htm>.
- PARKER, Richard G. *Abaixo do Equador – Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Rio de Janeiro, Record: 2002.
- PELÚCIO, Larissa. *Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. Tese de Doutorado. São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2007.
- PERES, Wilian Siqueira. *Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em saúde coletiva, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. (Dissertação de Doutorado) 2005.
- PERLONGHER, Néstor. “Territórios Marginais”. In GREEN, James & TRINDADE, Ronaldo. *Homossexualismo em São Paulo e Outros Escritos*. São Paulo. Editora Unesp, 2005. pp. 263-290.
- \_\_\_\_\_. *O negócio do michê – Prostituição Viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. *O Que é Aids*. São Paulo: Brasiliense, 1987a.
- REIS, Alberto Olavo Advincula & ZIONI, Fabiola. “O lugar do feminino na construção do conceito de adolescência”. In: *Revista de Saúde Pública*, São Paulo (SP), vol. 27, n. 6, 1993. pp. 472-477. Disponível em [http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89101993000600010](http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101993000600010)

- RUBIN, Gayle. "Pensando sobre Sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade". In: *Cadernos Pagu*, n. 21. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, 2003. pp. 01-88.
- SEIDMAN, Steven. "Introduction". In: *Queer theory/ Sociology*. Cambridge, MA, Blackwell, 1996. pp. 1-25.
- SILVA, Hélio R. S. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ISER, 1993.
- SIMÕES, Júlio A. & FRANÇA Isadora L. "Do gueto ao mercado". In: *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. (Orgs.) GREEN, James & TRINDADE, Ronaldo. São Paulo: Editora UNESP, 2005. pp. 309-336.
- VENCATO, Anna P. "Confusões e estereótipos: o ocultamento de diferenças na ênfase de semelhanças entre transgêneros". In: *Homossexualidade, sociedade, movimento e lutas*. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, v.10, n.18, 2003, pp. 151-
- WACQUANT, Loïc. 2002. *Corpo e Alma Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- WARNER, Michael. *The trouble with normal. Sex, politics, and the ethics of queer life*. Library of Congress Cataloging-in-Publication Data, 1999.

### **Documentos**

- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Texto-Base da Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília 2008.
- CAMPINAS/SP. Comissão permanente de direitos da criança e do adolescente da Câmara Municipal. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. 2003.